

# **Economia solidária: alternativa de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e resistência à exclusão social**

## **Solidarity economy: an alternative for development, generation of work, income and resistance to social exclusion**

**Alnary Nunes Rocha FILHO\***

**Luiz Alexandre Gonçalves CUNHA\*\***

**Resumo:** Neste artigo tratamos da Economia Solidária com um olhar especial sobre o desenvolvimento dos chamados Empreendimentos Solidários, que consideramos matriz alternativa de desenvolvimento local e regional, fazendo parte de uma pesquisa em andamento que reúne reflexões teóricas no âmbito da Pós-Graduação, através do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e estudo de práticas relacionadas ao Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL, da mesma Universidade, particularmente no que se refere à ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, do Pré-assentamento Emiliano Zapata, situado no município de Ponta Grossa. Pretende-se analisar a proposta de criação de uma alternativa de desenvolvimento cujo ponto principal é a possibilidade de se desconcentrar renda e poder, apontando para estratégias que façam frente ao crescente número de trabalhadores desempregados ou empregados de forma precária. Essa proposta procura fazer da autogestão e da solidariedade estratégias de luta e resistência contra formas de opressão e de exclusão social e econômica dos sistemas produtivos e de consumo vigentes, envolvendo cooperação no lugar de competição, desenvolvimento da inteligência coletiva e da gestão partilhada no lugar do individualismo, numa perspectiva em que a prática democrática assegure a todos o reconhecimento das capacidades, o exercício da liberdade, o respeito à diversidade e o compartilhamento do poder, propiciando formas de igualdade social, cultural e econômica.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. MST. Cidadania. Democracia. Políticas Públicas.

**Abstract:** In this article Solidary Economy is approached with special attention to the development of Solidary Entrepreneurship which is considered as an alternative for local and regional development. This article is part of ongoing research from the Post-Graduate Program, Masters Degree in Applied Social Sciences at the State

---

\* Graduado em Licenciatura em Geografia e Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG, Técnico Voluntário de Projetos da IESOL-UEPG.

\*\* Doutor, Professor do Departamento de Geociências e dos Programas de Mestrado em Gestão do Território e Ciências Sociais Aplicadas, Coordenador do Colegiado dos Cursos de Geografia e Coordenador Geral da IESOL – UEPG.

University of Ponta Grossa. The research also involves studies on practices related to the outreach project of Solidary Entrepreneurship - IESOL at the same university. This second project is particularly involved with the ATERRA – Association of Rural Workers from the Rural Reform, from the Emiliano Zapata settlement, Ponta Grossa, Pr. The aim of the article is to analyze the proposal for an alternative form of development which aims at the decentralization of income and power, emphasizing strategies that deal with the increasing number of unemployed workers or workers in precarious situations. This proposal intends to transform fight and resistance strategies of solidarity into auto-management against forms of oppression, social and economic exclusion of the productive and consumption systems, replacing competition by cooperation, development of collective intelligence and shared management instead of individualism. In other words, a perspective in which the democratic exercise assures to all the recognition of capacities, the exercise of freedom, the respect to diversity and the sharing of power which will provide forms of social, cultural and economic equity.

**Keywords:** Solidary Economy. MST. Citizenship. Democracy. Public Politics.

Recebido em :28/07/2008. Aceito em: 10/04/2009.

## Introdução

Os debates sobre as políticas de desenvolvimento se iniciam através dos vários conceitos sobre o tema. Assim, organizam-se blocos de formuladores, analistas, pesquisadores, estudantes e executores, que se confrontam, principalmente, quando se trata de formalização de políticas públicas. Os conceitos que iniciam esses debates são os de desenvolvimento econômico, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento endógeno e alternativas de desenvolvimento, entre outros. São idéias que se alicerçam em determinadas matrizes ideológicas, que dão suporte para a elaboração das propostas de implementação e avaliação de estratégias de desenvolvimento de um território, região, ou mesmo de um país. Nesse sentido, acontece o enfrentamento entre a tese do desenvolvimento econômico e outras possibilidades de se pensar em desenvolvimento. Esses debates contribuem com muita importância para a formação pessoal e profissional, fundamentalmente pelas referências que fazem aos papéis que devem desempenhar o estado, o mercado e a sociedade.

Há décadas os debates se acirram em como encontrar maneiras de melhorar o relacionamento entre essas três grandes organizações

humanas, tentando construir uma mínima possibilidade de se respeitar as diversidades e buscar a igualdade social. Isso vem acontecendo, por exemplo, desde as sugestões de Maquiavel para a sustentação dos principados, de Robert Owen para o governo da Grã Bretanha, de Vladimir Lênin para a URSS e de Keynes para os EUA, as quais significaram propostas políticas que objetivaram o desenvolvimento de países ou regiões. O relacionamento entre o estado, a sociedade e o mercado, portanto, é um dos principais pontos dos programas de desenvolvimento. (OLIVEIRA e VERARDO, 2007, p.5).

Pretende-se aqui avaliar a proposta de criar uma alternativa de desenvolvimento em que a economia solidária exerça um papel cujo ponto principal seja a efetiva possibilidade de se desconcentrar renda e poder, apontando para uma nova estratégia frente ao crescente número de trabalhadores desempregados ou empregados de forma precária, com um olhar especial para a ATERRA - Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, empreendimento que se pretende solidário, no Pré-assentamento do MST Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa – PR .

A economia solidária reflete-se na forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, fei-

ras solidárias e outros empreendimentos, desde que preservados os princípios e valores relacionados à solidariedade e autogestão, estabelecendo assim uma nova alternativa nas relações de trabalho.

Essa proposta envolve cooperação no lugar da competição, desenvolvimento da inteligência coletiva no lugar do individualismo, gestão coletiva em vez da precarização das condições de trabalho, numa perspectiva de desenvolvimento em que o exercício da democracia direta seja contemplado num projeto que garanta o respeito à diversidade e promova a complementaridade das diferenças. Além disso, deve incentivar o reconhecimento das capacidades, o exercício das liberdades, a radicalização da democracia e o compartilhamento do poder, buscando formas de propiciar a igualdade social, cultural e econômica.

### **A economia solidária no Brasil**

No Brasil, na crise social das décadas de 1980 e 1990, chamadas de décadas perdidas, milhões de postos de trabalho deixaram de funcionar, acarretando desemprego em massa, e a economia solidária assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias.

Ainda nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, financiou milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários – PACs, destinados a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das grandes cidades. Uma boa parte dos PACs se transformou em unidades de economia solidária.

Outra modalidade de manutenção do trabalho e decorrente rendimento foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir, pelos trabalhadores que nelas atuavam, que as transformaram em cooperativas autogestionárias. Essa foi a forma encontrada pelos trabalhadores de preservar seus postos de trabalho e de se transformar em seus próprios patrões.

Decidiu-se, nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que a agricultura seria também promovida sob a forma de cooperativas autogestionárias. O movimento criou, em 1989 e 1990, o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA. Após dez anos de organização, o SCA contava já com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais em primeiro nível: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito. A ATERRA é ainda uma Associação de Produção, mas a partir da legalização da área onde se encontra o Pré-assentamento Emiliano Zapata e da consolidação do empreendimento solidário, pretende-se transformá-la em uma Cooperativa de Produção dentro do SCA.

Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação, funcionários e voluntários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. (SINGER, 2002, p. 122 – 123)

As perspectivas da economia solidária - como política pública de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória - centram-se no resgate do seu próprio conceito de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns: a posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito; a gestão da economia e das empresas, subordinada às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores; e a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, com a criação de fóruns locais de desenvolvimento econômico e social. (NICOLADELI, et al., 2004, p. 12)

Nesse contexto, surge a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, estrutura

vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como missão fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, fortalecendo as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação social. (NICOLADELI, et al., 2004, p. 16)

No mesmo sentido, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, incorporou, no primeiro semestre de 2003, o Programa Estadual de Economia Solidária no conjunto de programas que integram a Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, visando interagir com a Secretaria Nacional e também propor políticas públicas ajustadas à realidade paranaense. (NICOLADELI, et al., 2004, p. 16).

Na região dos Campos Gerais, tendo Ponta Grossa como cidade polo, um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) - dá suporte técnico e formação para alguns grupos associativos, sendo que alguns desses grupos contam com projetos que os contemplam com recursos financeiros. Todavia, como a demanda da região é muito grande, apenas poucos grupos, associações e cooperativas contam com esse suporte da IESOL/UEPG.

A ATERRA é um grupo incubado pela IESOL desde o início do ano de 2007, e até agosto de 2008 não contava com nenhum projeto de parcerias que o contemplasse com aportes financeiros. Em setembro desse ano, dois projetos escritos pela equipe multidisciplinar da IESOL foram selecionados: o PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras, promovido pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que apoia a IESOL com equipamentos, materiais de consumo, combustíveis e também com remuneração através de bolsas para estagiários e técnicos; e o USF – Universidade Sem Fronteiras, no subprograma Extensão Tecnológica e Empresarial, promovido pela SETI - Secretaria Estadual de Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, em parceria com a Fundação Araucária. Os órgãos/setores que promovem o projeto USF e o mencionado subprograma estão aportando recursos para equipamentos e reforma da cozinha comunitária do Pré-assen-

tamento, para a implantação da Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos, bem como para equipamentos de informática, combustíveis, materiais de consumo, remuneração para profissionais, estagiários e orientadores. A executora dos dois projetos é a IESOL/UEPG, na qual atuamos como técnico e como um dos orientadores voluntários.

### **O pré-assentamento Emiliano Zapata**

O pré-assentamento Emiliano Zapata, foco do estudo de caso de nossa pesquisa, surge como Acampamento em maio de 2003, quando houve a ocupação de parte da Fazenda da EMBRAPA, no município de Ponta Grossa, por 150 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, famílias essas oriundas de Ponta Grossa, Palmeira e região metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. Essas famílias buscam na luta pela terra e na Reforma Agrária uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade, tendo principalmente a agroecologia como uma ferramenta para viabilizar economicamente as famílias, e a cooperação como a única saída para possibilitar a construção de uma comunidade mais organizada e com melhores condições para produzir e comercializar seus produtos.

Desde o início do Acampamento existe a discussão entre as famílias sobre o modelo de agricultura que vem sendo adotado no Brasil desde os anos 70, com a chamada Revolução Verde (uso intensivo de agroquímicos e maquinário, monocultura, sementes geneticamente melhoradas), gerando assim pobreza e migração. Esse modelo de agricultura adotado se contrapõe à Reforma Agrária, e passou a expulsar os trabalhadores do campo para a cidade, gerando um grande excedente de mão-de-obra para as indústrias, mas com poucas perspectivas de ocupação em postos de trabalho.

Os hoje pré-assentados consideram que se faz necessário construir um modelo de agricultura sustentável que possibilite às pessoas que vivem no campo ter qualidade de vida, e a agroecologia vem sendo uma ferramenta importante nesse processo.

Assim, eles fundaram a já citada associação ATERRA, que tem por finalidade organizar a produção e a comercialização. Com a proximidade de um grande centro urbano (a cidade de Ponta Grossa) e a demanda hoje, por produtos agroecológicos, há grande possibilidade de essa associação consolidar-se como uma alternativa de renda apropriada, podendo trazer qualidade de vida para as famílias.

A proposta da agricultura ecológica também traz como fatores de extrema importância a diversificação de cultivos e a associação de atividades, como produção de hortaliças e criação de pequenos animais, o que vem ao encontro da possibilidade de organizar a Economia Solidária.

O trabalho de organização de empreendimento solidário com a ATERRA tem se mostrado um constante desafio, pois esse trabalho se realiza através do Programa de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários, onde atuamos e também fazemos a pesquisa do Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da mesma Universidade. E o desafio se traduz no debate dos diversos olhares sobre associativismo, coletivismo e colaboração solidária.

O pré-assentamento conta hoje com 68 famílias, e é dividido em oito núcleos familiares que se espalham por cerca de 620 hectares, tendo cada família um lote para o cultivo da terra. Conta com a mesma estrutura de organização do MST, inclusive a coordenação e os setores. Essa estrutura é verticalizada e isso constitui uma característica desafiadora, pois a proposta de produção solidária é horizontal e nela não há cadeia hierárquica.

A ATERRA tem feito apenas a venda da produção e a repartição das sobras, mas ainda não tem atraído os trabalhadores e trabalhadoras para a produção em colaboração solidária. Essa produção é feita individualmente por família, em seus lotes. Essa é uma característica das lideranças desse Pré-Assentamento, devido, muito provavelmente, à estrutura verticalizada do MST.

A implementação, através da IESOL, de novas ideias - como o projeto de Hortas Comunitárias que fornecerão também produtos para a

Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos - é ainda o início de uma ação que tem a pretensão de fomentar o trabalho em cooperação solidária. Essas hortas serão implantadas nos núcleos familiares do Pré-Assentamento e a tentativa é de fazer uma horta comunitária por núcleo, nos oito núcleos existentes, começando com uma Horta Piloto. Com a Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos, poderão ser produzidos derivados de hortaliças, legumes e frutas. Será uma tentativa real para um grande salto na qualidade, tanto da produção dos alimentos quanto das práticas de trabalho, que tendem a absorver as características da cooperação solidária e também a incorporação do trabalho feminino.

É importante destacar que as hortas serão plantadas na linha orgânica, reivindicando então o selo agroecológico para conquistar um diferencial no mercado de produtos ecologicamente produzidos.

A nossa atuação nessa comunidade tem sido dentro da missão que a IESOL tem, de dar aos envolvidos nos projetos suporte técnico e formação educacional, levando a eles as ações pretendidas, sempre como propostas de trabalho. Assim, junto com os trabalhadores e trabalhadoras, é possível construir novos conhecimentos, dentro da perspectiva da horizontalidade dos princípios da autogestão e da Economia Solidária. O objetivo é observar se, num sistema que pretende ser de produção coletiva e solidária, podem ser construídas novas relações de trabalho e de modo de vida, quebrando assim algumas visões dos padrões culturais ainda hoje reproduzidos.

### **Economia solidária em questão**

A princípio, as perspectivas da Economia Solidária, como política pública de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória, estariam buscando reunir diversos movimentos e iniciativas.

Para alguns autores, a Economia Solidária - ao contrário de apresentar uma estratégia única, seja ela de criação de emprego, de direito à renda ou de repartição do trabalho - surgiu

como um elemento a ser trabalhado por meio de diferentes estratégias: uma estratégia de repartição do emprego, articulada a uma outra de não diferenciação das formas de emprego e, ainda, a outra de multiplicação das formas de trabalho. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 93)

Já Oliveira, ao citar José Luis Coraggio, afirma que “a economia social é aquela em que seus agentes não estão separados de suas identidades sociais, nem de sua história, nem de sua cultura”. (OLIVEIRA, 2005, p. 81) Dessa forma acrescenta outras dimensões, além da econômica, às práticas de Economia Solidária, ressaltando aspectos identitários, históricos e culturais que remetem à preocupação em como os sujeitos se situam nesses processos.

Nesse sentido, para Maria da Glória Gohn (2000), o contexto em que a Economia Solidária surgiu novamente como alternativa de emprego e renda é o da fragmentação social, instabilidade econômica e incerteza quanto ao futuro, que geraram e ainda geram o agravamento do preconceito, da intolerância e do racismo.

Desde a década de 1990, dentro desse contexto em que o Estado tem dificuldade de implementar políticas públicas, consolida-se a noção do chamado Terceiro Setor, conceituado como: conjunto de atividades espontâneas, não governamentais e não lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade e que se desenvolvem independentemente dos demais setores (o primeiro setor, Estado; e o segundo setor, o mercado), embora deles possa, ou deva, receber colaboração.

Além das entidades filantrópicas, das Organizações Não-Governamentais - ONGs e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, outras formas de organização também participam da demanda das políticas de Economia Solidária: os movimentos populares e sociais de cunho político-ideológico, como o exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, as instituições partidárias, e também os grupos minoritários que atuam na defesa de seus interesses (o Movimento Negro, por exemplo). As organizações tradicionais, que são baseadas em parentesco e em laços comunitários, como grêmios recreativos, clube de mães e clubes da terceira idade, também participam

dessas políticas e continuam fortes. Destaca-se, também, nessa participação, a fortíssima presença das religiões como polos de união social, da umbanda aos evangélicos, profundamente entranhadas na comunidade brasileira.

Para Gohn (2000), as entidades do chamado Terceiro Setor atuam onde o Estado deveria atuar. Sendo assim, é necessário compreender se essa atuação, ao mesmo tempo em que é, em muitos casos, emergencial, não se torna uma forma de “desobrigação” estatal diante de problemas sociais atendidos por essas entidades, desse modo substituindo o Estado e, de certa forma, impedindo as pressões sociais que possivelmente levariam à criação de políticas públicas, de obrigação orgânica do Estado. Isso não ocorrendo, os grupos sociais atendidos por essas entidades sempre estarão sujeitos à instabilidade causada pela interrupção ou não-continuidade dos projetos em que estão inseridos.

Barbosa (2005), ao pesquisar a política pública de economia solidária em processo de constituição no âmbito do Governo Federal brasileiro, questiona o que chama de *incapacidade histórica do segmento da Economia Solidária independêr das necessidades capitalistas*. A cooperação democrática e a solidariedade entre trabalhadores são requeridas nas narrativas, demonstrando distinção com outras propostas de geração de renda. Porém, segundo a pesquisadora, além de não apresentarem condições históricas para contrapor a vida mercantil, têm pouca força para ampliar o acesso aos fundos públicos. A pouca tradição formativa e informativa no tema entre os trabalhadores também é relacionada como um problema.

A atuação do Governo Federal na gestão da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária baseia-se principalmente na regulamentação das atividades, no inventário das práticas existentes e no fomento a limitadas ações produtivas. Segundo a pesquisadora, além dessa prática, há também a exaltação da retórica sobre liberdade e autonomia dos trabalhadores em atividades produtivas deslocadas das relações com empresas ou de trocas no mercado. Contraditoriamente, o apoio à economia solidária esclarece a participação ativa do Estado na queda da perspectiva do emprego regulamentado.

Para Barbosa (2005), a formulação de política pública para desenvolvimento de práticas de geração de renda, baseadas em cooperativas, consiste numa programática estratégia experimental. Mas a autora afirma que essa iniciativa ainda não causou impacto social. Afirma também que, pela primeira vez, o Governo Federal assume uma outra via para o trabalho que não o emprego assalariado o que, certamente, é um caminho diferente da estratégia pública formal para a desocupação de até então, que era a promoção do emprego, a qualificação profissional e o seguro-desemprego. Ao mesmo tempo em que vemos a propaganda oficial anunciar o aumento do número de trabalhadores com Carteira de Trabalho *assinada*, temos uma política de geração de trabalho e renda que se diz alternativa, porque defende a autogestão, a não hierarquização do trabalho e a organização coletiva, mas na visão de seus críticos contraditoriamente amplia a desregulamentação das relações de trabalho.

As políticas governamentais de Economia Solidária enfrentam os mais diversos obstáculos, tais como: barreiras na legalização das associações e cooperativas; ausência de regulamentação da comercialização de produtos; baixa remuneração dos trabalhadores; falta de proteção da seguridade social. E, no caso do Pré-assentamento Emiliano Zapata, a regularização da posse da área, o que dificulta a inserção dos pré-assentados nos programas oficiais do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como o PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento, que, entre outros benefícios, constrói moradias dignas, evitando a favelização rural. As limitações nos processos de formação educacional para novas práticas econômicas e sociais somam-se a esse quadro. Isso ocorre ao mesmo tempo em que existe o incentivo às políticas públicas voltadas para a economia tradicional, revelando as contradições das propostas que se apresentam para tentar resolver os problemas do mundo do trabalho, onde, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, coexistem o fomento de empregos formais e o incentivo ao associativismo/cooperativismo defendido pela SENAES. Para alguns analistas, isso confunde os trabalhadores e não contribui para a quebra do paradigma do sistema de trabalho capitalista. Essas contradições podem explicar

as grandes dificuldades que a Economia Solidária enfrenta, tanto na formação dos trabalhadores e trabalhadoras como na execução dos projetos, isto é, na tentativa do desenvolvimento de atividades produtivas solidárias.

Barbosa, na sua tese, afirma que essas contradições têm fundamentos na inerente incapacidade do capitalismo em resolver os dramas sociais advindos da acumulação e apropriação de riquezas, produzidas socialmente, ao mesmo tempo em que essas políticas resultam, historicamente, das lutas sociais do trabalho e das investidas do capital no sentido de reinventar as demandas sociais por proteção social requeridas pelos trabalhadores a favor de suas próprias necessidades. Nesse sentido, há uma reelaboração da cultura do trabalho e, nesse contexto, seu sistema não se baseia mais, necessariamente, no assalariamento. O Estado perde a sua função de responsável social pela promoção do emprego e deixa ao mercado parte considerável da regulação do trabalho, ficando a sociedade civil como salvaguarda e executora das ações de políticas públicas. Trata-se da negação de um sistema único para o trabalho, reconhecendo-se as variadas atividades informalizadas com que os trabalhadores vão preenchendo a vida como forma de sobrevivência - e, no caso da economia solidária, em associações de empreendimentos solidários.

A autora afirma também que a Economia Solidária é um trabalho que se realiza num tipo específico de economia, sendo entendida como possível de se multiplicar em diferentes modos produtivos. Promulga, assim, a dualidade de economias diferentes para segmentos sociais diferentes, hierarquiza o trabalho conforme o pensamento neoliberal e a própria história brasileira do trabalho. Assim, de uma modalidade de trabalho, a economia solidária pode ser a origem da segmentação em contraposição à universalização do enfrentamento do emprego e do desenvolvimento econômico. É que, a despeito da argumentação libertária envolvida na idéia de solidariedade entre trabalhadores, de fato, essas são necessidades contemporâneas do capital, travestidas, naturalizadas como alternativas únicas de vida social. Nesse contexto, decisões cruciais de nível macroeconômico ocorrem longe de onde opera a economia solidária ou

os fóruns de representação popular. Questões vitais são decididas por grupos econômicos em espaços distantes de controle social, trazendo essa suposta idéia de segmentação em várias economias.

Vemos esses pontos de vista com muito respeito, achamos importante essa visão da Economia Solidária, porém essas afirmações, dentro do trabalho que ora pretendemos desenvolver, devem ser entendidas como questionamentos. As questões levantadas não podem ser deixadas de fora da contextualização da Economia Solidária, sendo esse o cenário maior onde está inserido o grupo da ATERRA, foco de nossa pesquisa. Porém, a confusão que supostamente possa ocorrer no Pré-assentamento Emiliano Zapata e na ATERRA, de modo geral não ocorre, tendo em vista que os membros do empreendimento solidário (agricultores e agricultoras) têm plena consciência de que o trabalho que realizam é, antes de tudo, uma arma de resistência e luta. Portanto, a suposta confusão causada pela ambiguidade do Governo Federal com relação às políticas do Ministério do Trabalho e Emprego constitui um fator que não é exatamente um obstáculo. Este se reflete na ausência de Políticas Públicas específicas para legalização, comercialização e crédito para os empreendimentos solidários.

Assim, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras práticas econômicas alternativas, porque não tem condições de inserir dentro de si toda população economicamente ativa, segundo alguns autores, e também porque há grande diversidade de organização das populações, conforme seus contextos históricos, culturais, políticos, sociais.

Barbosa afirma que a política de enfrentamento ao desemprego do Governo Federal é contraditória, como vimos, chegando, inclusive, a dar um novo significado ao próprio trabalho, com uma diminuição estrutural do emprego formal, por meio de um novo entendimento do trabalho, agora associado.

Esses são alguns dos questionamentos importantes que representam desafios para aqueles que se dedicam aos estudos e às práticas em torno das políticas públicas de Economia

Solidária. Desafios que se colocam entre afirmar-se apenas como alternativa de trabalho e renda, ou então favorecer o enfrentamento da crise capitalista, com a organização dos trabalhadores pautada em princípios solidários. Poderão, essas práticas econômicas alternativas, promover novos modos de vida? Ou, ao contrário, tomarão parte de uma possível re-significação do trabalho, que atende aos interesses do capital? Como fica a situação dos trabalhadores e trabalhadoras diante das complexidades que atravessam suas estratégias de resistência, tornando-as ambíguas, contraditórias e, muitas vezes, bastante aquém de suas utopias de transformação? Que outras formas ou práticas podem colaborar para manter acesas as reivindicações de proteção social do Estado a que formalmente as pessoas têm direito?

Pretende-se responder a essas perguntas com o trabalho conjunto que se faz no Pré-assentamento Emiliano Zapata, tanto na produção e transformação de alimentos, como na formação educacional e nas práticas de colaboração solidária. Isso sendo articulado com as reivindicações, participações e pressões, para que além do sucesso produtivo, se possa alcançar o sucesso da plena cidadania. E o veículo principal dessa luta, dentro da nossa análise, é a Economia Solidária.

### **Considerações finais**

O sucesso ou não dos empreendimentos de Economia Solidária depende de inúmeros fatores que estão colocados num terreno de disputas e conflitos, e por isso representam sempre desafios a serem enfrentados e dificuldades a serem superadas.

O trabalho cooperativo tem sido apontado como uma das saídas para a crise do emprego na economia formal. O setor informal se expande criando uma nova economia, a economia social, articulada sob novas regras de contrato social, baseada em redes de solidariedade nas quais o fator risco impera. Não há seguridade social-estatal para os trabalhadores, porque todos eles passam a ser co-proprietários dos empreendimentos, co-responsáveis pelos empréstimos-fi-

nanciamentos, sucessos e fracassos do negócio. E, no caso da ATERRA, além dessas barreiras, existe o fato da não legalização da área. Porém, as intervenções da IESOL, através das assessorias técnicas, jurídicas e fiscais - contando também com as formações específicas em Economia Solidária - têm conseguido minimizar os problemas. Para isso, vêm seguindo a linha de fortalecimento do empreendimento e ao mesmo tempo consolidando-o numa posição de reivindicador, em uma forma de resistência e luta não apenas pela posse legal e definitiva da terra, mas também pelos direitos legais de comercialização e proteção social.

No meio rural, onde sempre predominaram formas precárias de contrato de trabalho e a tecnologia globalizadora está avançando nas áreas de grande produção a passos avassaladores, gerando o desemprego em massa, o associativismo e o cooperativismo significam novas possibilidades de trabalho e também a construção de novos espaços de autonomia ao trabalhador do campo.

Nesse contexto, a Agricultura Familiar e a Agroecologia aparecem como alternativas viáveis para a agricultura de autogestão da Economia Solidária.

Para além do campo, as reflexões que devem ser feitas a respeito das propostas de alternativas para a implementação de matrizes de desenvolvimento precisam levar em consideração as práticas de Economia Solidária, atribuindo a elas a devida e necessária importância. Isso porque essas propostas realmente contribuem para o enfrentamento da crise capitalista, ao menos no que diz respeito ao conhecimento de novas práticas ideologicamente orientadas, que favorecem o despertar do pensamento crítico e levam a por em dúvida os paradigmas vigentes da economia tradicional, das relações de trabalho, de produção e de trocas econômicas. E, em muitos casos, o sucesso econômico referente à melhora significativa na qualidade de vida, é evidente.

Deixar-se educar mutuamente emerge como nova referência, a partir da “educação popular” fundamentada nos trabalhos de Paulo Freire, gerando uma relação mais permeável entre essas “matrizes discursivas” e os sujeitos

populares. Afirmando a reciprocidade entre educador e educando, a “educação popular” abre lugar para a elaboração coletiva e crítica da vida individual e social das classes populares, constituindo espaços onde se dessacralizam hierarquias e autoridades, constroem-se conhecimentos coletivamente, elaboram-se projetos de transformação social, processos que levam esses setores, excluídos da agenda “pública”, a ocupá-la, provocando a constituição de uma esfera pública (CARVALHO, 1998, p.3).

O trabalho de formação feito pela IESOL em associativismo, cooperativismo e colaboração solidária tem se mostrado muito eficaz com a ATERRA, pois engloba prática e teoria, apontando para viabilidade plena da proposta.

Nas observações feitas, tem ficado claro que a participação do Estado é essencial para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, apesar de todos os obstáculos. E que, em grande medida, as parcerias entre prefeituras, governos estaduais, governo federal e universidades têm possibilitado grandes e significativos avanços, pois o investimento de dinheiro e estruturas públicas, bem como do trabalho profissional de professores, alunos e técnicos, consegue atingir os objetivos primários, nos quais devem estar incluídas, como parte fundamental, as formações técnicas e educacionais, no sentido de construção de novos conhecimentos e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos diversos projetos.

Assim, é necessário pensar em políticas públicas específicas para a Economia Solidária, que não estejam meramente subordinadas às legislações vigentes, as quais contemplam apenas as associações de cunho social e as cooperativas que atuam na economia tradicional capitalista. Inclusive, está no Senado Federal, para ser votado, o substitutivo dos Projetos de Lei 4622/04, 6265/05, 6449/05 e 7009/06, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Esse substitutivo reduz o limite mínimo para a formação de cooperativas de produção de 20 pessoas para 7, o que poderá favorecer a transformação de pequenas associações de produção em cooperativas. Esse parece ser um passo importante no que tange às políticas públicas para a Economia Solidária.

Assim, as possibilidades de consolidação de empreendimentos solidários poderão não correr mais o risco de serem vistas como formas de apropriação dos discursos neoliberais, de serem estigmatizadas como uma outra economia, de pobres para pobres, de serem a causa de uma “institucionalização da informalidade”. Nesse sentido, os Movimentos Sociais têm uma participação fundamental, mobilizando as organizações de empreendimentos solidários para pressionar os governos estadual e federal para a criação de coerentes e eficazes políticas públicas. Entre outros mecanismos, essas políticas devem contemplar a seguridade social, o acesso facilitado ao crédito, a legalização da comercialização das associações de produção e a redução do número limite de pessoas para a formação de cooperativas, o que poderá ocorrer caso seja aprovado o dito substitutivo legal.

Um dos fatores para o possível sucesso econômico e social dos empreendimentos solidários, enquanto alternativa de trabalho, renda e modo de vida, é a consolidação dos grupos, isto é, a construção de novas relações de confiança entre os associados e desses com os técnicos, educadores e agentes solidários. Acreditar nos projetos e nas suas próprias capacidades é essencial.

Quanto maior a participação de todos, maiores são as possibilidades das conquistas, não apenas dentro do empreendimento solidário, o que já é um salto de qualidade de vida muito grande, mas também nas conquistas de direitos. A organização das pessoas em torno de objetivos comuns - como num empreendimento de produção solidária, em seu processo de construção e desenvolvimento - pode possibilitar a construção de novos hábitos de vida, novas relações pessoais entre os associados e entre eles e a comunidade em que estão inseridos.

Assim, as novas relações de trabalho possibilitadas pelas práticas de Economia Solidária podem ser catalisadoras de estratégias de resistência e luta contra a exclusão econômica e social. Acreditamos que essas reflexões e práticas poderão contribuir na crítica profunda e responsável que se deve fazer para a tentativa de desenvolver empreendimentos solidários de sucesso, não apenas econômico, mas na real

melhoria na qualidade de vida das pessoas, na tentativa de se criar de fato uma proposta estratégica e alternativa de desenvolvimento.

## Referências

ADDOR, Felipe; LIANZA Sidney. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. 2005. Dissertação (Doutorado) – Programa de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

CARRION, Rosinha Machado (Coord.) et al. **Residência Solidária da UFRGS: Vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CARVALHO, M.C.A.A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Polis, 1998.

CUNHA, L. A G. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 1998.

FRANCO, Maria S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo. Editora UNESP, 1997.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 56, outubro/2004.

MANCE, Euclides A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A; IFIL, 2003.

NAMORADO, Rui. “Cooperativismo – um horizonte possível”. In: GEDIEL, J. A. P. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, p. 9 – 38.

NICOLADELI, L. Sandro; SILVA SCHLICHTA, Sergio da; SOUZA VILELA, Elieti; GOGOLA, Aloize. **In:**

**Programa Paranaense de Economia Solidária – P.P.Economia Solidária.** Curitiba: SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 2004, p. 7 – 49.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo; VERARDO, Luigi. Economia solidária e desenvolvimento. **Caderno de Aprofundamento aos Debates** - Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2007.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Concepções de economia social e Os diferentes significados histórico-políticos da economia solidária. In: GEDIEL, J. A. P. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania.** Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, p. 65 – 95.

ROCHA FILHO, A.N.; CUNHA, L. A. G.; SANTOS, A. P. **A economia solidária: criações de novas identidades, subjetividades e modo de vida na Comunidade Negra Rural do Sutil e Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa - PR.** VI Encontro Internacional de Economia Solidária – NESOL-USP. São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, J. P. (Coord.), et al. **A questão agrária hoje.** 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A Reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis, Vozes, 1997.

VIANNA, L. Weber e a interpretação do Brasil. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, nº 53. Março, 1999.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Doutorado) – Programa de Doutorado em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, 2005.